

NOTAS DO IDEB

Ensino começa bem, mas depois complica

Educação cumpre a meta para os primeiros anos do fundamental, porém cai muito à medida que avança para nível médio

» MAYARA SOUTO

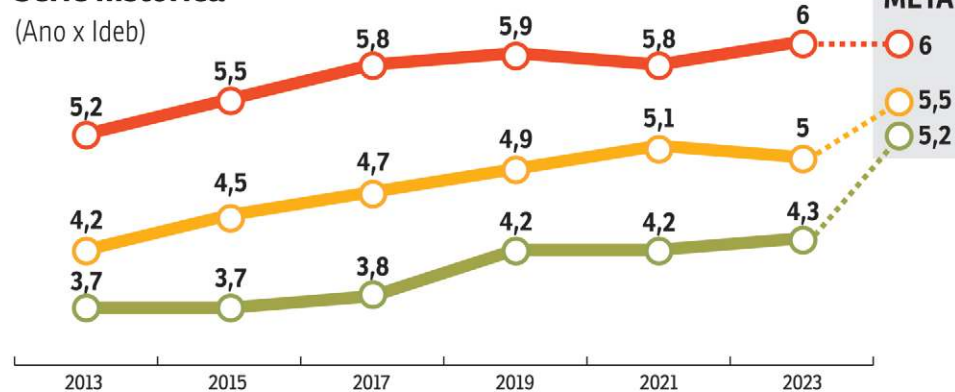
Pequeno passo

O Brasil obteve avanço em um dos principais indicadores da educação brasileira, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), o país alcançou a nota 6,0, que foi a meta estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC). Nos anos finais do fundamental e no ensino médio, o mesmo não aconteceu.

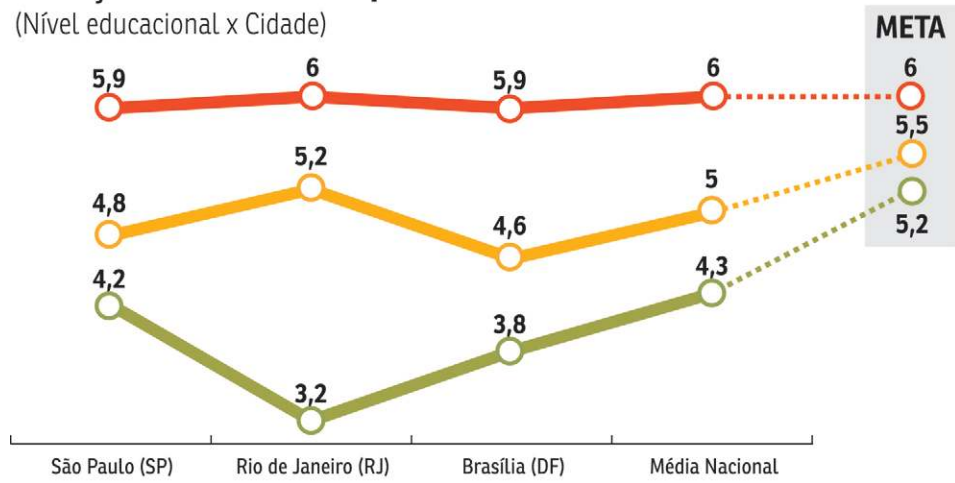
Ideb = Desempenho em matemática e português + taxa de aprovação

O índice utiliza esses critérios para fazer uma média de desempenho educacional com notas de 0 a 10. Cada nível da educação básica tem uma meta estabelecida pelo MEC.

Série histórica



Situação nas maiores capitais — Em 2023



— Anos iniciais do ensino fundamental
 — Anos finais do ensino fundamental
 — Ensino Médio

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023

Valdo Virgo/CB/D.A. Press

com índice mais baixo nesta etapa foram Rio Grande do Norte (4,1), Bahia (4,2), Amapá e Roraima (ambos com 4,3).

Desafio

O ensino médio segue muito aquém do desejado para a educação brasileira. A média

nacional, no último ano, atingiu 4,3 e ficou quase um ponto distante da meta desejada, de 5,2. Apesar do valor ainda ser baixo, a nota representa um aumento nacional do Ideb, que, em 2019 e 2021, estava estabelecido em 4,2.

Nenhum estado conseguiu atingir esse valor. Os que chegaram mais perto foram Paraná

(4,9), Goiás (4,8), e Distrito Federal (4,8). Em contraste, no pé da lista, estão Rondônia (3,5), Rio de Janeiro (3,7), e Rio Grande do Norte (3,7).

“Quando a gente criou o programa Pé-de-Meia, foi por esse motivo (melhorar o Ideb do EM). Vemos quantos jovens perdemos em 2023 no ensino médio

brasileiro. Por isso, a estratégia do Pé-de-Meia, que garante exatamente frequência e aprovação. Vou lembrar sempre que 68 milhões de brasileiros, segundo o IBGE, não concluíram a educação básica. É um terço da população do Brasil”, comentou Santana, chamando a atenção para a alta evasão escolar, que ocorre

justamente no ensino médio. Esse problema, que influencia no Ideb, chega ao ápice no 1º ano, quando atinge 12% no ensino público. No ano seguinte, a mesma taxa continua alta (9,3%).

Lançado em janeiro, o programa Pé-de-Meia beneficia cerca de 4 milhões de estudantes e garante depósitos de R\$ 200 na conta do estudante, além de um bônus pela conclusão de cada ano escolar e outro pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ao final dos três anos, o aluno arrecada R\$ 9,2 mil.

Efeito covid

O nível de aprendizagem dos estudantes brasileiros ainda sente os impactos da pandemia de coronavírus. As proficiências médias no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em português e matemática, que compõem o Ideb, estão subindo lentamente.

Na comparação do desempenho em português e matemática, entre 2021 e 2023, 96% dos estados (26) melhoraram o desempenho nos anos iniciais; 59% (16 estados) nos anos finais; e 65% (17 estados) no ensino médio.

Assim como no Ideb, os anos iniciais foram os que apresentaram melhora expressiva. No 5º ano do ensino fundamental, por exemplo, a taxa média das provas de língua portuguesa, em 2023, foi de 213,9. Quatro anos antes, o valor era superior (214,6) e teve uma queda abrupta em 2021, chegando a 208,1. Em matemática, a queda foi maior ainda. Em 2019, o índice era de 227,9 e chegou a 216,9 em 2021. No ano passado, esse valor voltou a subir, chegando a 224,8.

Já o resultado do Saeb no 9º ano do ensino fundamental ficou estável nas últimas três edições. A mesma constância foi observada no 3º ano do ensino médio.

Os números do Saeb evidenciam a dificuldade da educação básica brasileira durante a pandemia. Os anos iniciais, que englobam crianças de 6 a 10 anos, foram os mais afetados por medidas emergenciais, como o ensino a distância. Os resultados do Saeb apontam, a partir de 2023, uma tendência de crescimento.

Colaborou Juliana Sousa, estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza.

Leia os resultados do Ideb no Distrito Federal na página 16.

Avanço nos estados

Anos iniciais do ensino fundamental

Com maior Ideb



Com menor Ideb



Anos finais do ensino fundamental

Com maior Ideb



Com menor Ideb



Ensino Médio

Com maior Ideb



Com menor Ideb



CONGRESSO NACIONAL

Em 30s, comissão aprova clubes de tiro perto de escolas

» EVANDRO ÉBOLI
 » VITÓRIA TORRES*

Em votação relâmpago, que durou apenas 30 segundos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem um projeto de decreto legislativo (PDL) que desidrata o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentando o acesso a armas de fogo, de julho de 2023. Foi o primeiro item da pauta na sessão presidida pelo senador David Alcolombre (União-AP). O parlamentar, que fez uma leitura bem rápida da tramitação, pretendia levar a proposta a plenário ainda ontem.

Depois de anunciar rapidamente qual a proposta que seria

votada, Alcolombre cumpriu o seguinte rito: “Coloco em discussão a matéria. Não há senadores inscritos para discutirem a matéria. Está encerrada a discussão. Em votação, o relatório apresentado pelo senador Vanderlan Cardoso. Senadores e senadoras que aprovam permanecem como se encontram. Está aprovado o relatório, que passa a constituir o relatório da CCJ. A matéria vai ao plenário do Senado Federal”, encerrou.

O PDL que derruba o decreto de Lula já foi aprovado na Câmara e tem como autor o deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO). O relator na CCJ, Vanderlan Cardoso, também é do PSD goiano. O

texto aprovado derruba a determinação do governo federal que proibia que clubes de tiro desportivo ficassem a menos de um quilômetro de distância de escolas públicas ou privadas.

A CCJ derrubou ainda a proibição a colecionadores de adquirir armas automáticas de qualquer calibre ou longas semiautomáticas de calibre de uso restrito, bem como armamentos de uso exclusivo das Forças Armadas. A derrubada desse trecho alertou as autoridades do governo.

Violência de gênero

A Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher,

promoveu uma audiência pública com ativistas e representantes do Judiciário e dos Ministérios para discutir o Projeto de Lei 2253/23, que propõe mudanças no processo de arbitramento de fiança em crimes previstos pela Lei Maria da Penha.

O projeto, de autoria da deputada federal Rosângela Moro (União-SP), propõe que a decisão sobre a concessão de fiança nesses casos seja transferida do delegado de polícia para o juiz, com o objetivo de garantir maior segurança jurídica para as mulheres. Atualmente, a fiança é arbitrada pelo delegado nos crimes com pena máxima de quatro anos.

A representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Vanessa Ribeiro, apresentou dados sobre a violência doméstica no Brasil e a falta de procura por ajuda por parte das vítimas, além de enfatizar a importância de políticas públicas que garantam não apenas a proteção, mas também o encorajamento para que as mulheres busquem ajuda.

As participantes da audiência pública consideraram a mudança na arbitragem da fiança como um passo necessário. Mas pontuaram que o sucesso dessa e de outras medidas depende de um esforço conjunto entre o poder

público, a sociedade e, principalmente, a mudança cultural para combater a violência de gênero.

A audiência pública teve ainda o depoimento de uma vítima de violência de gênero. Em vídeo, Bárbara Pena fez um relato do crime cometido pelo ex-companheiro em 2013. O homem ateu fogo na mulher e provocou a morte dos três filhos de Bárbara. “Estou convencida de que a legislação que permite a fiança, em casos de violência doméstica, deve ser revogada”, concluiu.

* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza